



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

DATA DA REUNIÃO: DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZASSETE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZANOVE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----



7

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----



**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À
PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18/DEZEMBRO/2013 – ATA Nº 25

ORDEM DO DIA

- 1 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da câmara municipal para 2014
- 2 – Proposta de grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para 2014
- 3 – Autorizações relativas à execução do Plano de Atividades e do Plano Plurianual de Investimentos da câmara municipal para 2014
- 4 – Proposta de transferência de verbas para as juntas de freguesia para salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações
- 5 – Delegações legais de competências nas juntas de freguesia – Acordos de Execução:
 - Acordo de Execução para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos respetivos espaços envolventes
 - Acordo de execução para gestão e manutenção de espaços verdes na freguesia União das freguesias de Campo (S. Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede)
 - Acordo de Execução para limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
 - Acordo de Execução para gestão e manutenção corrente da feira semanal da freguesia União das freguesias de Campo (S. Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede)
- 6 – Proposta de celebração de contrato de comodato com a União de freguesias de Campo (S. Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede) tendo por objeto o direito de utilização de um edifício propriedade do município (extinta escola de Rechã)
- 7 – Extinção dos Serviços Municipalizados de Água Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso – Prorrogação do prazo previsto
- 8 – Proposta de criação do Conselho Municipal de Educação



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5



- 9 – Designação de vereadores para integrarem a assembleia intermunicipal da AMAVE – ratificação de despacho do presidente da câmara
- 10 – Empreitada: “Esquadra da PSP de Santo Tirso”: Cessão da posição contratual: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 11 – Serviço Público de Abastecimento de água no concelho de Santo Tirso: Atualização do tarifário para o ano de 2014
- 12 - Proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativos aos Serviços de Saneamento de águas residuais e recolha e gestão de resíduos sólidos
- 13 – Subsídios
 - Freguesia de Vila das Aves – Obras no Amieiro Galego
 - Freguesia da União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães – intervenções em diversos arruamentos
- 14 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
 - Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a conceção e coordenação geral da realização de uma Conferência Internacional denominada “O Design como Dínamo da Indústria de Moda” – Ratificação de despacho do presidente
 - Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a inspeção de elevadores

Santo Tirso, 13 de dezembro de 2013

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

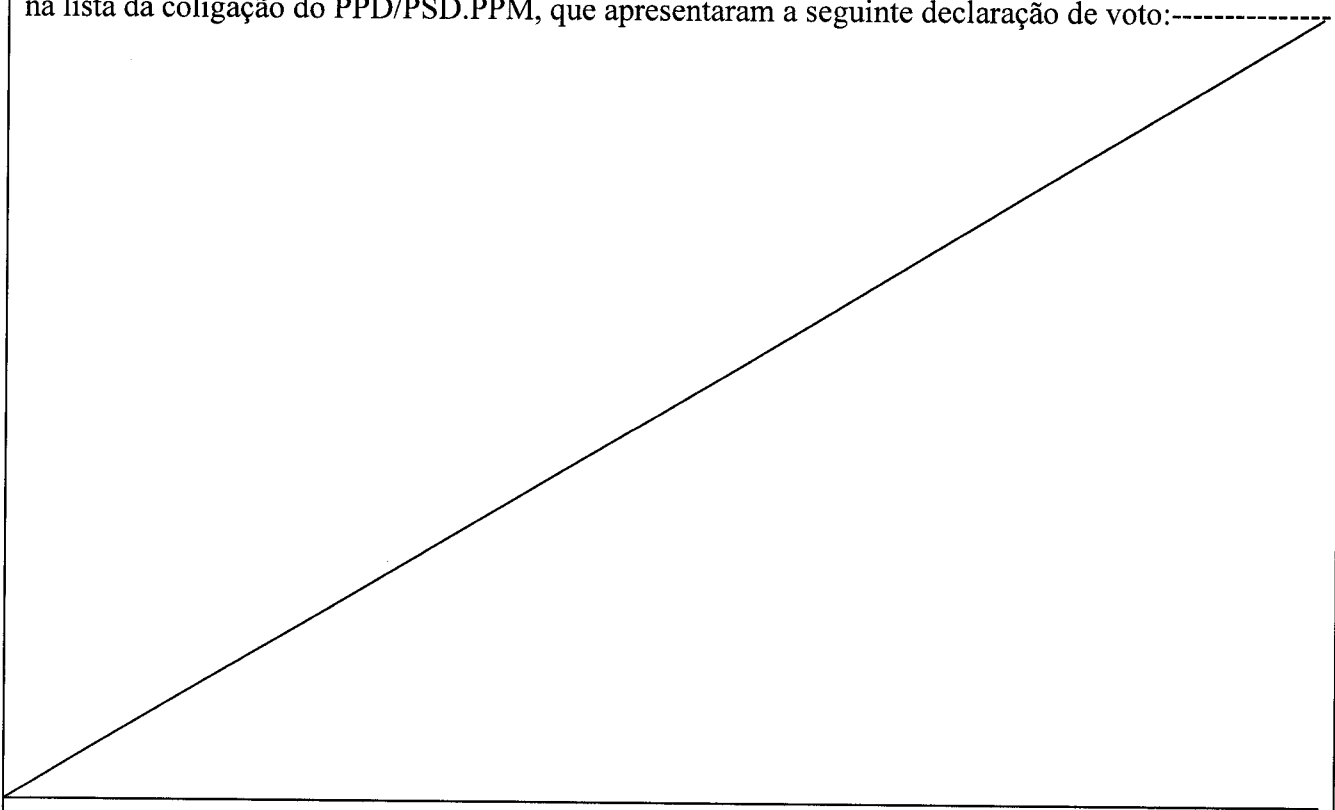
Nota: Foi retirado de reunião o assunto que consta do item onze da presente ordem do dia

1. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPAS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2014.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à minuta e à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por cinquenta e quatro folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista nas alíneas a) e c) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos nas alíneas a) e h) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal e art.º 5.º, n.º 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal para o ano de dois mil e catorze foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e quatro votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM, que apresentaram a seguinte declaração de voto:-----



Reunião Extraordinária de 18 de dezembro de 2013

Ponto 1 da Ordem do Dia

7
A
A
S.
mbriz

Esperávamos mais, muito mais! Este documento que deveria refletir uma estratégia, sustentada num conjunto de planos devidamente estruturados, não é mais do que um aglomerado de intenções desarticuladas, sem princípio, meio e fim.

Não se percebe de onde partimos, qual o caminho a percorrer e onde queremos chegar! As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, na sua essência, não diferem das que foram anteriormente apresentadas pela maioria socialista.

Onde param as políticas integradas? Quais os planos concretos para atrair investimento? Quais os planos mensuráveis para promover a coesão social e territorial?

À exceção de algumas medidas avulsas, V/ Exas. não têm qualquer estratégia para promover a coesão territorial e social do concelho, nem para mitigar os graves problemas em matéria de investimento privado, gerador de riqueza e emprego.

Este documento está comprometido, diríamos mesmo, prejudicado, desde logo porque na primeira frase, o que vemos, não é mais da retórica política inconsequente, inconsistente e impercetível. Referem V/ Exas. "... incorporam as limitações próprias dos tempos e conjuntura económica e financeira...", refugiando-se na crise, para logo de seguida escreverem "...bem assim como a ambição possível e própria de uma equipa que se propõe iniciar um novo ciclo no concelho de Santo Tirso". Ambição possível? Novo Ciclo?? Para os vereadores eleitos nas listas do PSD-PPM, trata-se de mais do mesmo, com recurso a mais retórica e à fabricação de factos para fazer notícia.

V/ Exas. refugiam-se na perda de receita e na necessidade de emagrecer o orçamento. Curiosamente são as despesas de capital (aquelas que têm maior impacto na vida das pessoas), que sofrem a maior redução.

Obviamente que a perda de receita deveria ser compensada com a redução nas despesas supérfluas da autarquia, o que não acontece. Veja-se as recentes assessorias de imprensa e de imagem que atingem cerca de 140.000 euros; veja-se o aumento nas despesas com publicidade, que passou de 138.000 euros em 2013, para 199.000 euros em 2014; veja-se as despesas com representação dos serviços, que passou de 1.000 euros em 2013, para 38.000 euros em 2014; veja-se as despesas com comunicações que passaram de 163.000 euros em 2013 para 220.000 em 2014, etc., etc., etc.

Também as despesas com pessoal sofrem um acréscimo de 120.000 euros, como reflete a nova rubrica orçamental intitulada "pessoal em qualquer outra situação".

Este orçamento é completamente irrealista, nomeadamente no que respeita ao PPI, que nos últimos anos tem apresentado um grau de execução de pouco mais de 30%. Este não vai fugir à regra!

Aludem V/ Exas. às novas prioridades da coesão social, referindo-se à vertente fiscal (redução do IMI, IRS e DERRAMA). Associar as insignificantes reduções a que assistimos, que não têm qualquer impacto na vidas das famílias, à promoção da coesão social, não deixa de ser um "embuste", que faz mais não faz do que produzir manchetes nas páginas dos jornais.

Não deixa de ser curioso, como a realidade contradiz o discurso, vejamos:

- 1 – Nas previsões sobre o valor a arrecadar em termos de IMI, prevê-se um total de 4.462.707, contra os 4.559.884 previstos para 2013, ou seja, uma redução na receita de apenas 97 mil euros;
- 2 – No montante previsto de receita do IRS, o valor previsto para 2014 é de 1.443.133 contra 1.449.050 previstos para 2013, ou seja, uma redução na receita de apenas 5.900 euros;
- 3 – Já na Derrama, prevê-se para 2014 uma receita de 1.042.431, contra 1.064.996 previstos para 2013, ou seja uma redução na receita de apenas 22.500 euros.

Se dúvidas existissem quanto à política fiscal e ao discurso de V/ Exas., sobre o impacto na receita e principalmente no bolso das famílias e das empresas, o orçamento para 2014, da exclusiva responsabilidade da maioria socialista, dissipa-as.

O documento em apreço comprova de forma angustiante a falta de ideias, de ambição, ousadia e de objetivos, que promovam o real desenvolvimento do Concelho e o perspetivem no curto, médio e longo prazo. V/ Exas. construíram castelos na areia, que agora não conseguem solidificar!

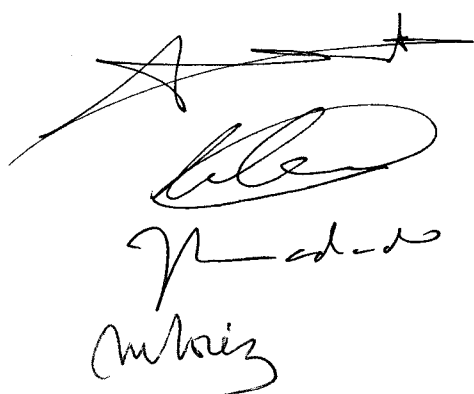
Já no que respeita ao mapa de pessoal, não podemos deixar de notar que os membros de apoio ao GAP, que tinham vínculo à autarquia, foram todos substituídos, por pessoas externas aos quadros da câmara, com o conseqüente aumento na despesa.

Santo Tirso vai continuar entre os Concelhos com piores indicadores sócio-económicos, com mais problemas demográficos e entre os que registam maiores taxas de desemprego.

Como disse Mahatma Gandhi: "O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente".

Por tudo isto, aos vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD-PPM, não poderiam subscrever o documento em causa.

Santo Tirso, 18 de Dezembro de 2013





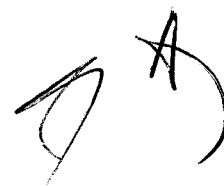
A

7

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO C.M.

GOP



As Grandes Opções do Plano para 2014 refletem a intenção de corresponder aos compromissos eleitorais, de dar continuidade a investimentos e responsabilidades assumidas, têm em conta a conjuntura económico-social e o contexto económico-financeiro especialmente difíceis em que os municípios têm de desempenhar as suas funções.

Numa conjuntura de contínua diminuição de rendimentos, de elevado índice de desemprego, de sucessivos agravamentos fiscais enfim, de empobrecimento progressivo, **o município de Santo Tirso propõe para 2014, uma diminuição do IMI, uma diminuição do IRS na parte que é receita local, uma diminuição da Derrama sobre as empresas instaladas no concelho.**

Para além de abdicar de receita em prol da diminuição da carga fiscal sobre munícipes, preparamos para 2014, um conjunto de **ações de apoio às populações: tanto à população escolar, ocupação de tempos livres e prolongamento de horários, de aquisição de livros e materiais, como à população carenciada** com o programa de emergência social, o programa de apoio à saúde e o alargamento para o dobro do programa de apoio ao arrendamento.

Os documentos previsionais que apresentamos, apesar de incorporarem parte da atividade dos SMAES a integrar em 2014, **têm uma expressão financeira inferior à de anos anteriores.** Esse fato exprime a intenção de sermos realistas mas também a consciência das gravosas limitações com que iremos deparar.

Na elaboração destes documentos **foram ouvidos partidos e forças políticas, autarcas e coletividades e preveem que a população participe com ideias e sugestões** na aplicação de verbas a afetar aos Orçamentos Participativos. Apesar das limitações de tempo, pela proximidade do ato eleitoral, tentamos envolver todos os atores e destinatários, procurando que estes documentos sejam de todos para todos.

O orçamento para 2014, estima que **as despesas correntes venham a ser inferiores às receitas que lhes são afetas**, devendo ser conseguida uma poupança de meios que assim, poderá ser canalizada para investimento.

Sem dúvida que, quer o de 2014, quer os orçamentos que se seguirão, **terão um forte cunho social; em momentos difíceis, mais que grandes obras, a prioridade são as pessoas!**

Em conclusão, pelo cunho social, pela vontade de ouvir e chamar a população, os autarcas e as coletividades ao processo de decisão, os vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente, cientes de que, estes são os primeiros passos de um novo caminho para uma gestão que marcará um novo ciclo.

Santo Tirso, 18 de Dezembro de 2013



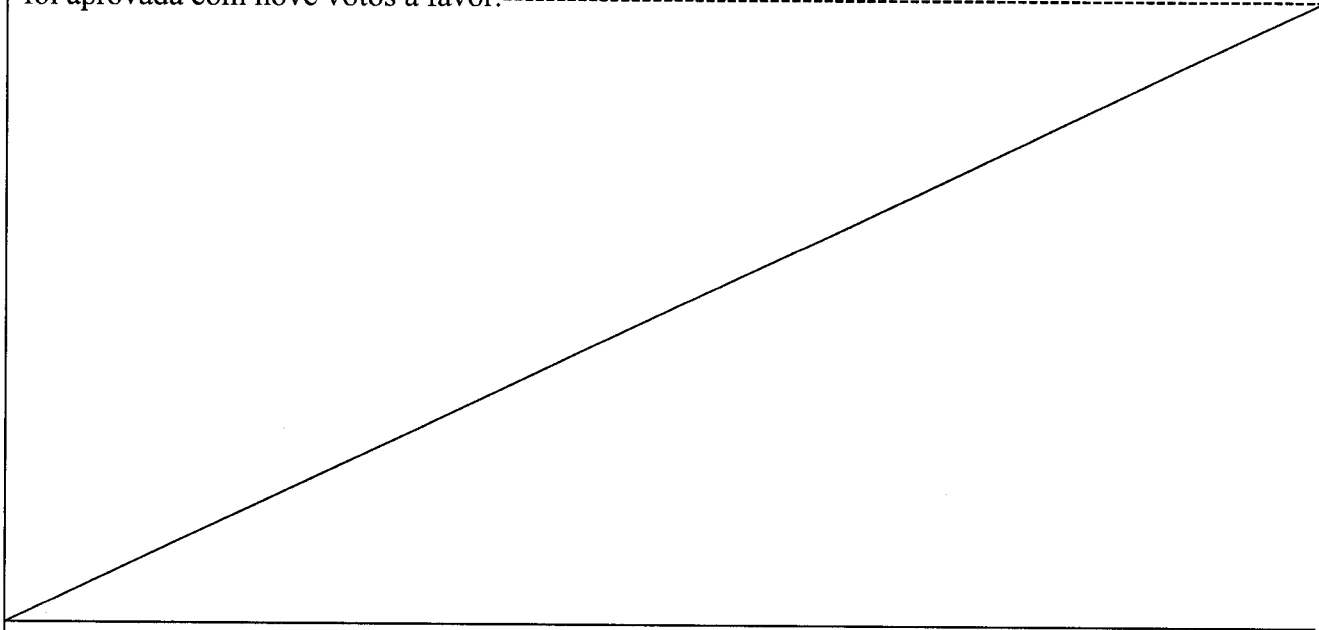
2. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2014.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à minuta e à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por trinta e nove folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25º do mesmo diploma legal e art.º 5º, n.º 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 16º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, foi inscrito no resumo do orçamento da câmara municipal os totais das receitas e despesas dos serviços municipalizados.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e catorze foi aprovada com nove votos a favor.-----

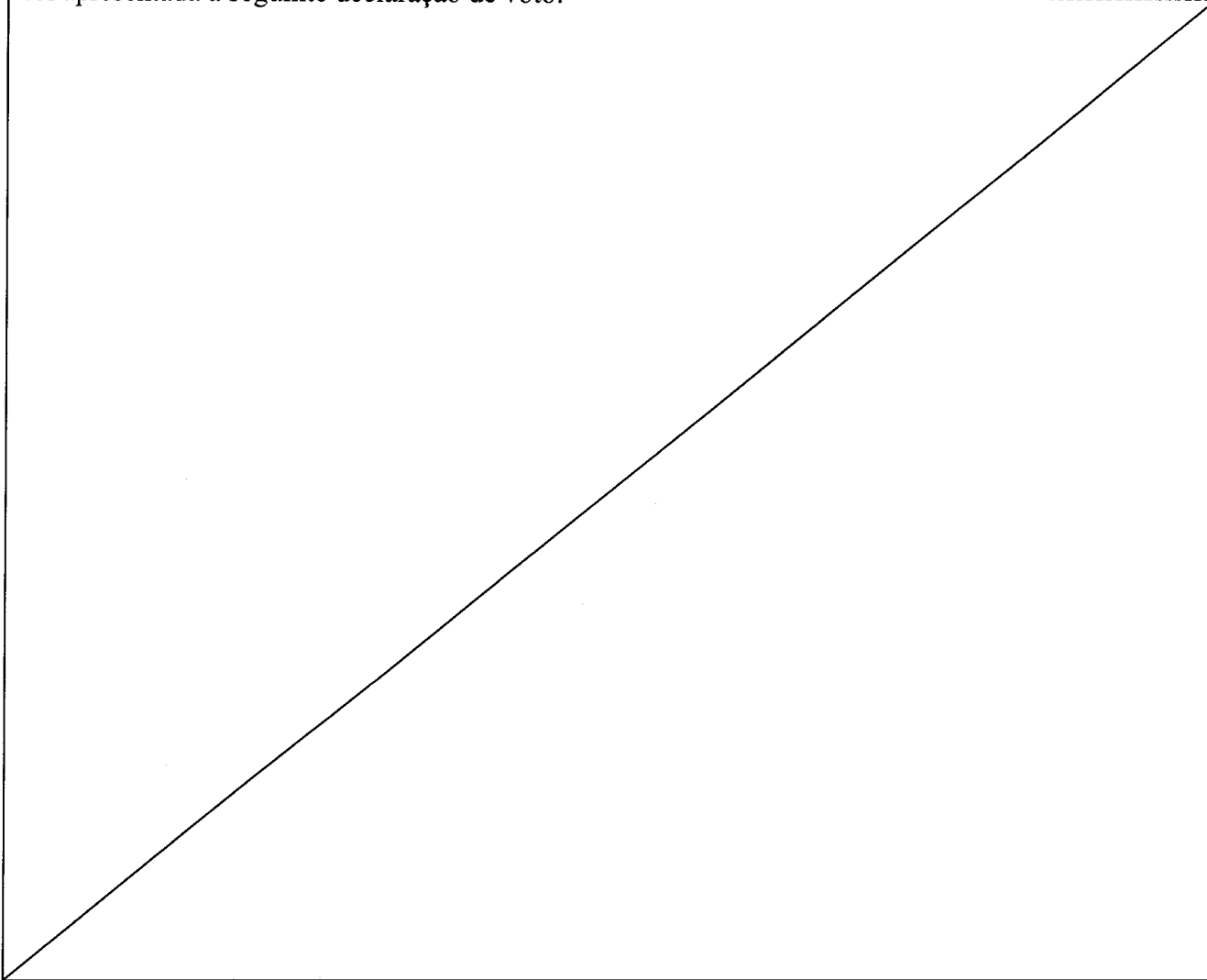




Seguidamente pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Subscrevemos este Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados para dois mil e catorze porque achamos que ele é um documento meramente administrativo e para acautelar que os Serviços Municipalizados de Água Eletricidade e Saneamento possam funcionar durante os próximos seis meses, já que os serviços municipalizados estão em processo de extinção”.

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO C.M.**GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAES**

Em reunião realizada a 13 de Junho de 2013, o Conselho de Administração dos SMAES decidiu propor à Câmara Municipal a extinção dos Serviços Municipalizados com efeitos a 31 de Dezembro de 2013.

Em consequência da referida proposta e, face à fundamentação constante da deliberação dos SMAES e aos requisitos previstos no artigo 18.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, foi decidido em reunião de câmara de 26 de Junho de 2013 propor à assembleia municipal a referida extinção, tendo essa proposta sido aceite por unanimidade em reunião da assembleia municipal de 27 de Junho de 2013.

A referida decisão teve por base o esvaziamento de funções a que estarão sujeitos os SMAES, face à assinatura do Contrato de Parceria Pública relativa ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, que ocorreu a 5 de Julho de 2013.

Porém, as datas previstas no cronograma de desenvolvimento do processo do Sistema de Águas da Região do Noroeste estão dependentes de fatores externos não controláveis pela empresa Águas do Noroeste, S.A., como sejam a obtenção do visto pelo Tribunal de Contas, na parte relativa à subscrição de capital social dessa empresa por parte dos Municípios e, do Despacho de autorização para a efetivação da cedência de interesse público de trabalhadores. Embora seja expectável que toda a logística possa estar concluída no final do mês de janeiro de 2014, o arranque efetivo da operação só poderá verificar-se após a obtenção favorável das situações referidas anteriormente. Deste modo, o cronograma de implementação terá que acomodar não só o tempo de espera como eventuais atrasos nas referidas autorizações.

Considerando a necessidade imprescindível de apoio direto à Parceria pelos Serviços Municipalizados de Santo Tirso, mesmo após o arranque efetivo da operação e ainda a necessidade de garantia dos serviços públicos essenciais aos cidadãos, enquanto o serviço não é garantido, entendeu-se que seria prudente considerar um período extra de funcionamento dos serviços municipalizados de, pelo menos, o primeiro semestre de 2014.

Os documentos previsionais dos SMAES prevêm atividade (essencialmente corrente e a conclusão de investimentos) para meio ano, até à sua extinção.

Pelo acima exposto, os vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta.

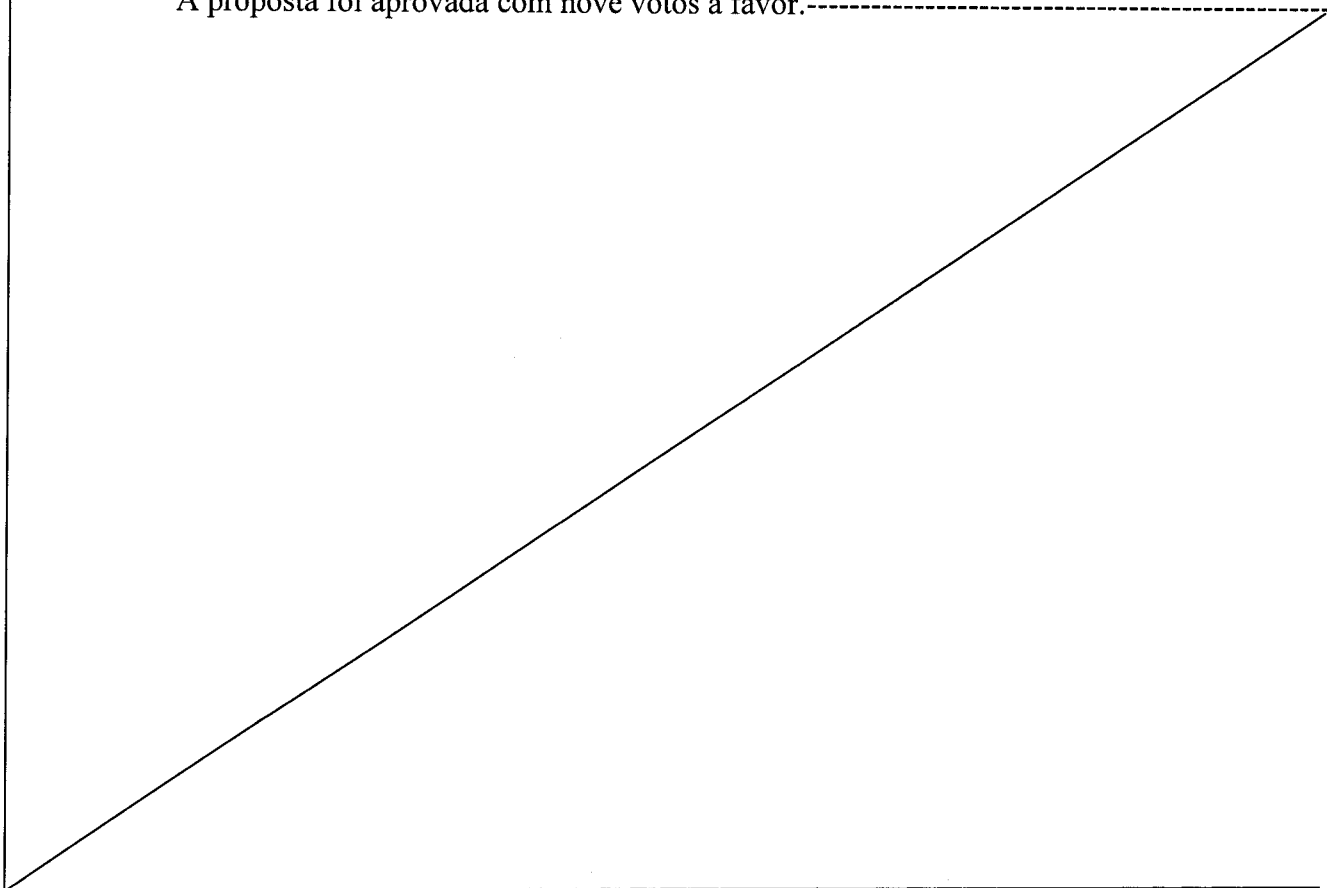
Santo Tirso, 18 de Dezembro de 2013

3. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2014, INCLUINDO AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----

Presente para apreciação e votação uma proposta de pedido de autorizações à assembleia municipal para execução do Plano de Atividades e do Plano Plurianual de Investimentos no ano de 2014, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

O senhor presidente solicitou que a câmara municipal aprovasse a referida proposta e a remetesse à assembleia municipal para aprovação, juntamente com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de 2014.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2014

Proponho que:

A Câmara delibere aditar ao Plano de Atividades e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014 as seguintes pretensões a apresentar à assembleia municipal, com o pedido de que sejam votadas na mesma sessão de aprovação das Grandes Opções do Plano:

1. Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, quando disso se presuma benefício para a promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, e nos demais termos legalmente previstos, nomeadamente as disposições aplicáveis do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro (artigos 116º e ss.), relativamente aos projetos/ações previstos no Plano de Atividades e no Plano Plurianual de Investimentos para 2014;
2. Autorizar a contratação de empréstimos a curto prazo, a contrair quer pela câmara municipal de Santo Tirso quer pela Associação de Municípios do Vale do Ave e para o período de vigência do orçamento, nos termos do nº 2 do artº 50º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e desde que cumpridos os requisitos legais;
3. Considerando que a alínea c) do n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, prevê que *"A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projeto de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal"*;

Considerando que o artº 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que veio contemplar as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, doravante abreviadamente designada por LCPA (a referida Lei 8/2012), estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que parte do artº 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, foi revogado pela LCPA (artº 13º);



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando que resultava dessa norma legal que "a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da assembleia municipal, salvo quando:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99 759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito centimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos."

Considerando que o n.º 2 do artº 11º do referido Decreto-Lei 127/2012, prevê que na Administração Central a autorização para a assunção de encargos plurianuais possa ser dada mediante despacho genérico;

Considerando que não se vislumbram razões para não ser adotar uma solução idêntica à preconizada para a Administração Central, tanto mais que na administração local o órgão deliberativo só reúne ordinariamente cinco vezes no ano, sendo que a realização de reuniões extraordinárias da assembleia municipal sempre que se mostre necessário proceder à abertura de procedimento que dê lugar a compromissos plurianuais é geradora de despesas, contrariando o espírito de toda a legislação recentemente produzida em matéria de despesas públicas, que tem como grande objetivo a redução de despesa;

Propõe-se:

3.1 Que a câmara municipal delibere solicitar autorização genérica à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artº 6º da referida Lei 8/2012 e de harmonia com a norma constante do artº 12º do D.L. 127/2012, para assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal ou pelos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, nos casos seguintes:

a) Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das respetivas Grandes Opções do Plano para 2014 (Plano de Atividades ou Plano Plurianual de Investimentos);

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99 759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito centimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

3.2 A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.



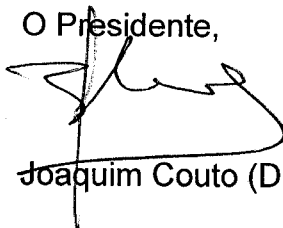
SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4. Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os contratos de delegação de competências, os contratos de empréstimos e a abertura de quaisquer procedimentos que deem lugar à assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo das autorizações genéricas que agora se propõe.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 13 de dezembro de 2013

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)



4. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA SALVAGUARDA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS RESPETIVAS POPULAÇÕES.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

A gestão económica e financeira das autarquias assenta no princípio constitucional da autonomia local, em geral, e da autonomia financeira, em particular;-----

A Carta Europeia de Autonomia Local define a autonomia local como o *“direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”*;-----

No âmbito do princípio da autonomia local, regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos;-----

Considerando que os autarcas eleitos nas freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações;-----

As freguesias têm uma importância fundamental na promoção do desenvolvimento local, potenciado pela proximidade às populações, sendo por isso de relevante importância a existência de meios que possam tornar mais eficientes e eficazes os papeis dos autarcas das freguesias;-----

A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio alargar significativamente o quadro legal de atribuições e competências, sendo porém o seu campo de ação limitado quanto às fontes e à natureza dos recursos financeiros;-----

Pelo que, de modo a reforçar a capacidade financeira das freguesias e consequentemente melhorar a eficácia da sua ação, proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma legal, delibere apoiar financeiramente as freguesias do concelho de Santo Tirso, mediante a



transferência no ano de dois mil e catorze das verbas previstas no quadro que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a declaração de voto que consta de folhas vinte e duas da presente minuta.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21

TRANSFERÊNCIAS FREGUESIAS ANO 2014

FREGUESIAS	total
Agrela	15.971
Agua Longa	14.597
Aves	30.447
Monte Cordova	19.232
Negrelos (S. Tomé)	17.776
Rebordões	19.651
Reguenga	18.252
Roriz	20.411
Vilarinho	17.526
União freguesias Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira	83.970
União freguesias Campo(S. Martinho), S. Salvador Campo e Negrelos(S. Mamede)	59.648
União freguesias Carreira e Refojos Riba Ave	46.211
União freguesias Lamelas e Guimarei	43.284
União freguesias Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães	69.187
TOTAL	476.163

DECLARAÇÃO DE VOTO C.M.

Transferência de verbas para as juntas de freguesia

A gestão económica e financeira das autarquias assenta no princípio constitucional da autonomia local, em geral, e da autonomia financeira, em particular;

No âmbito do princípio da autonomia local, regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos;

Considerando que os autarcas eleitos nas freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações;

As freguesias têm uma importância fundamental na promoção do desenvolvimento local, potenciado pela proximidade às populações, sendo por isso de relevante importância a existência de meios que possam tornar mais eficientes e eficazes os papéis dos autarcas das freguesias;

Pelo que, de modo a reforçar a capacidade financeira das freguesias e consequentemente melhorar a eficácia da sua ação, a câmara municipal deliberou apoiar financeiramente as freguesias do concelho de Santo Tirso, mediante a transferência no ano de 2014 da verba de €476.163,00 euros.

Não podemos deixar de referir que este apoio que a câmara delibera, não resulta de qualquer obrigação legal, mas sim de uma forte vontade política do executivo em complementar o valor transferido pela administração central para as freguesias; apostando na promoção da descentralização, da delegação de competências e da responsabilização dos executivos das freguesias.

Pelo acima exposto, os vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente esta proposta.

Santo Tirso, 18 de Dezembro de 2013

**5. DELEGAÇÕES LEGAIS DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA –
ACORDOS DE EXECUÇÃO.**-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de treze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil cento e cinquenta e sete, sobre o regime jurídico das delegações legais de competências das câmaras municipais nas juntas de freguesia, a qual aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o regime jurídico vigente na matéria;-----

Considerando que os autarcas eleitos nas freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações;-----

Considerando que a delegação de competências é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações;-----

Considerando que a delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício;-----

Considerando que as verbas a transferir para as juntas de freguesia constam do orçamento da câmara municipal para o ano de dois mil e catorze;-----

Considerando que de harmonia com o disposto no artigo 134º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os Acordos serão celebrados pelo período do mandato dos respetivos órgãos autárquicos, gerando por isso encargos plurianuais.-----

Proponho que a câmara municipal delibere submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, as propostas de celebração de acordos de execução com as juntas de freguesia a seguir referidas, e, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, delibere solicitar autorização à assembleia municipal para a respetiva assunção de

Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso



Ata N.º 25 Fl. 24
18 de dezembro de 2013

compromissos plurianuais.-----



A

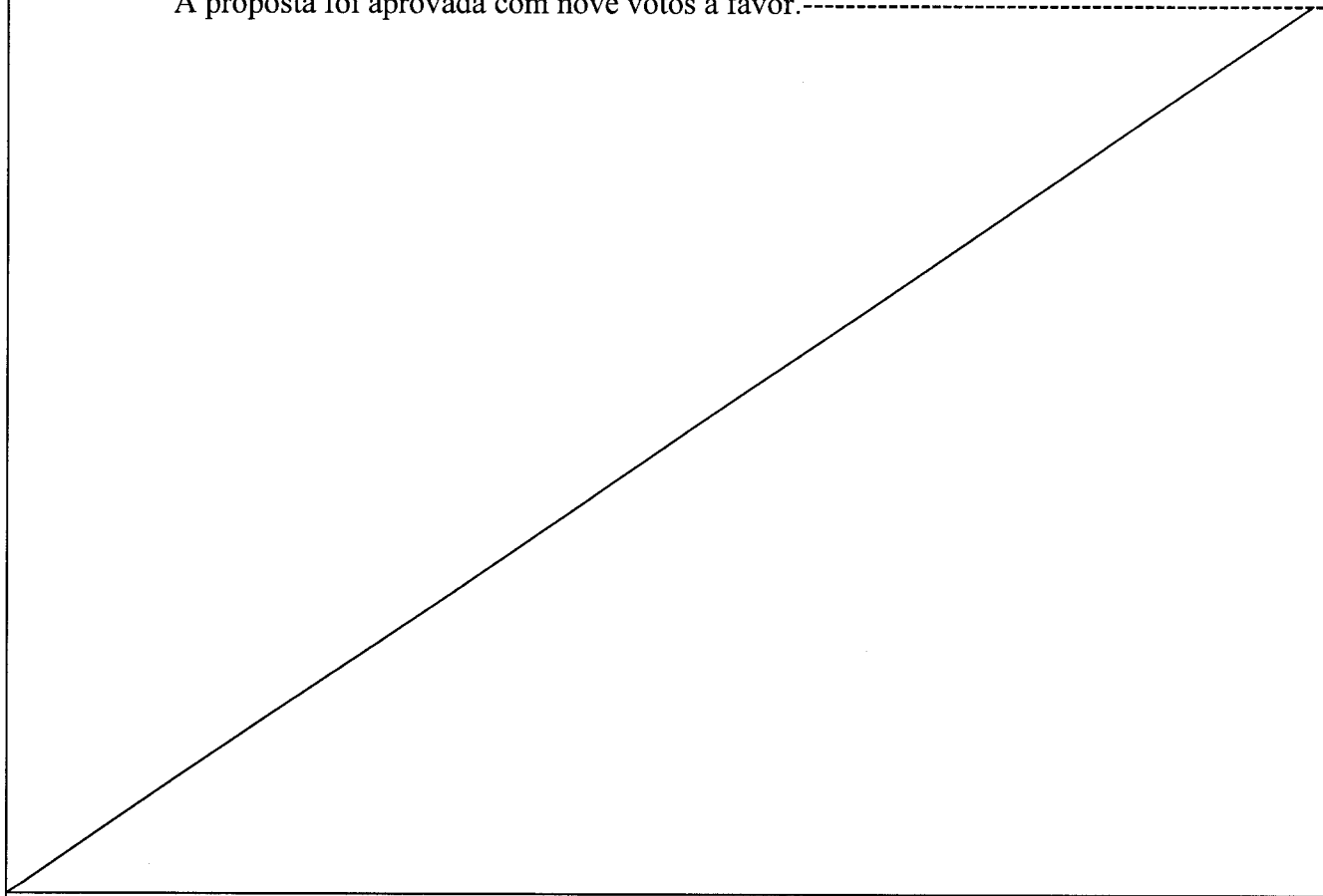
7

5. A) ACORDO DE EXECUÇÃO COM TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO PARA A REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO E MANUTENÇÃO DOS RESPETIVOS ESPAÇOS ENVOLVENTES.-----

Propõe-se a celebração de um Acordo de execução com todas as juntas de freguesia do concelho, nos termos da minuta que se anexa à ata da presente reunião, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, que será assinado depois da sua aprovação e autorização serem deliberadas pelas juntas e assembleias de freguesia respetivas.-----

O montante anual a transferir para cada freguesia, para execução do acordo, é o que consta do mapa que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

[Handwritten signature]

ACORDO DE EXECUÇÃO

DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS CÂMARA MUNICIPAL SANTO TIRSO NAS JUNTAS FREGUESIA/UNIÕES
DAS FREGUESIAS CONCELHO SANTO TIRSO PARA A REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS
ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO E
MANUTENÇÃO DOS RESPECTIVOS ESPAÇOS ENVOLVENTES

		euros
Freguesia	Orçamento	Realizado
Freguesia Agrela	1.720,00	430,00
Freguesia Agua Longa	3.185,00	796,25
Freguesia Vila das Aves	8.575,00	2.143,75
Freguesia Monte Córdova	3.735,00	933,75
Freguesia Rebordões	3.290,00	822,50
Freguesia Reguenga	1.630,00	407,50
Freguesia Roriz	4.555,00	1.138,75
Freguesia S. Tomé Negrelos	7.100,00	1.775,00
Freguesia Vilarinho	3.720,00	930,00
Freguesia Areias, Lama, Sequeirô e Palmeira	8.845,00	2.211,25
Freguesia Campo, S. Salvador Campo, Negrelos	6.190,00	1.547,50
Freguesia Carreira e Refojos de Riba de Ave	2.765,00	691,25
Freguesia Lamelas e Guimarei	2.765,00	691,25
Freguesia Santo Tirso, Couto (S.Cristina e S. Miguel) e Burgães	17.325,00	4.331,25
total	75.400,00	18.850,00

[Handwritten signature]



5. B) ACORDO DE EXECUÇÃO PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO (S. MARTINHO), SÃO SALVADOR DO CAMPO E NEGRELOS (S. MAMEDE).-----

Propõe-se a celebração de um Acordo de execução com a junta de freguesia acima identificada, nos termos da minuta que se anexa à ata da presente reunião, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, para gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes na área de circunscrição territorial da extinta freguesia de S. Mamede de Negrelos, designadamente a gestão e manutenção do Parque do Olival, a manutenção das áreas envolventes ao cemitério, igreja paroquial e as habitações sociais.-----

O montante anual a transferir para a junta de freguesia é de 7.200,00 € (sete mil e duzentos), conforme consta da cláusula quinta da referida minuta.-----

O acordo será assinado depois da sua aprovação e autorização serem deliberadas pelas respetivas junta e assembleia de freguesia.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



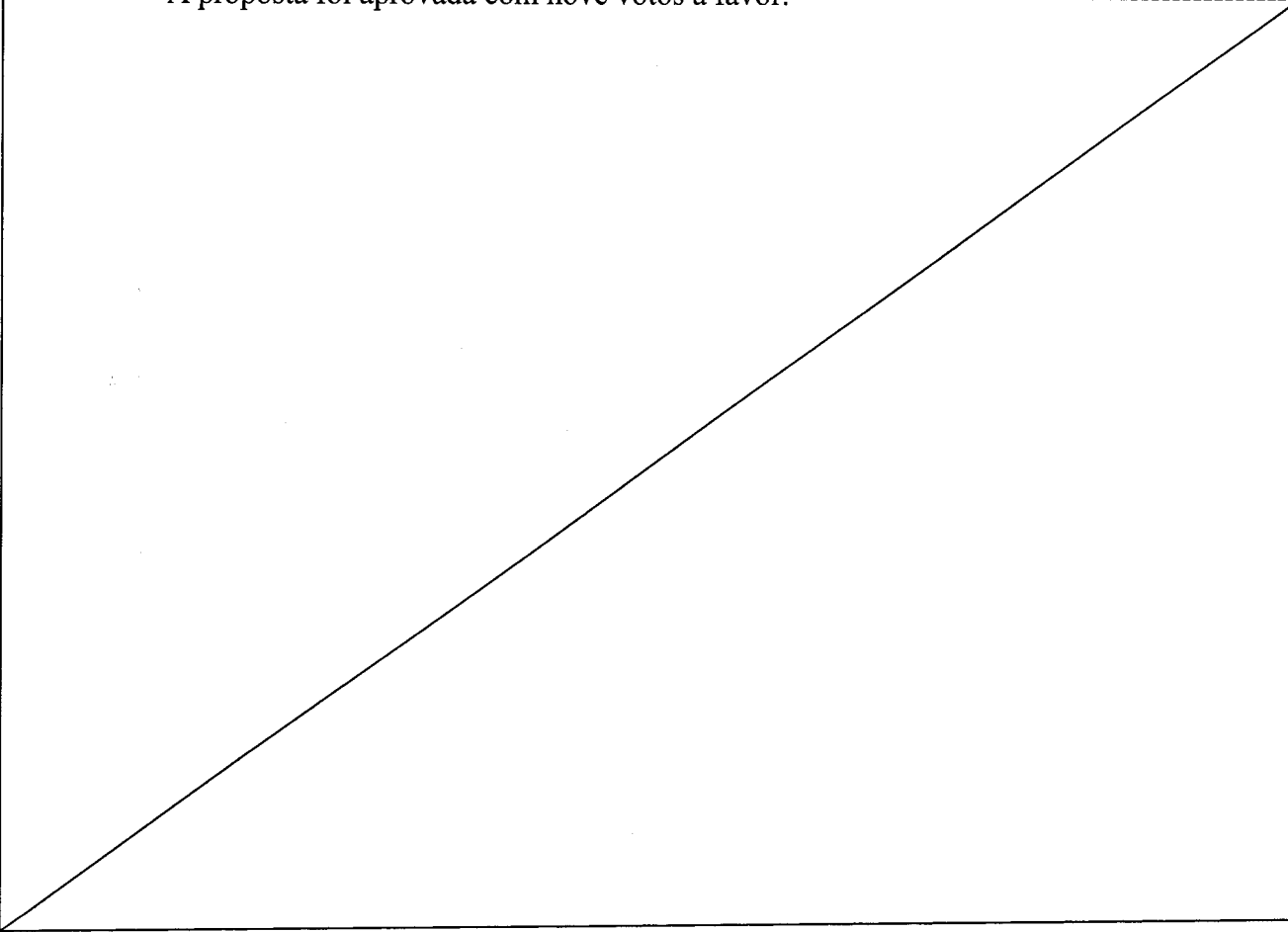
[Handwritten signature]

5. C) ACORDO DE EXECUÇÃO COM TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO PARA LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS.-----

Propõe-se a celebração de um Acordo de execução com todas as juntas de freguesia do concelho, nos termos da minuta que se anexa à ata da presente reunião, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, que será assinado depois da sua aprovação e autorização serem deliberadas pelas juntas e assembleias de freguesia respetivas.-----

O montante anual a transferir para cada freguesia, para execução do acordo, é o que consta do mapa que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO NAS
JUNTAS DE FREGUESIA/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A LIMPEZA DAS VIAS E
ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

JUNTA	ESTRADA	METROS	FREGUESIAS	TOTAL FREGUESIAS	TOTAL ANO EUROS
Freguesia Agrela	E.M. 604	1.700		2.900	4.060,00
	C.M. 1125	1.200			
Freguesia Agua Longa	C.M. 1126	2.200		5.680	7.952,00
	C.M. 1127	1.000			
	E.M. 318	1.700			
	E.M. 105-2	780			
Freguesia Vila das Aves	E.M. 511	2.600		7.900	11.060,00
	E.M. 640	1.600			
	C.M. 1109	800			
	C.M. 1110	1.500			
	E.M. 204-5	1.400			
Freguesia Monte Córdova	E.M. 558	1.950		14.190	19.866,00
	E.M. 558-1	1.280			
	C.M. 1104	1.300			
	C.M. 1105	700			
	C.M. 1115	4.200			
	C.M. 1116	1.300			
	C.M. 1118	2.400			
	E.M. 319-1	360			
	C.M. 1117	700			
Freguesia Rebordões	E.M. 637	1.400		6.280	8.792,00
	C.M. 1105-1	750			
	C.M. 1106	3.150			
	E.M. 310	980			
Freguesia Reguenga	E.M. 558	2.000		5.300	7.420,00
	E.M. 558-3	2.000			
	C.M. 1123	50			
	C.M. 1124	1.250			
Freguesia Roriz	E.M. 513	3.250		11.850	16.590,00
	E.M. 513-2	1.000			
	E.M. 644	700			
	C.M. 1114	2.100			
	E.M. 209-2	4.800			



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

30

Handwritten marks: a large '7' and a signature 'A'.

Freguesia S. Tomé Negrelos	E.M. 637	3.100		10.600	14.840,00
	E.M. 640	150			
	E.M. 644	1.200			
	C.M. 1107	750			
	C.M. 1108	800			
	C.M. 1114	3.000			
	E.M. 209-2	1.600			
Freguesia Vilarinho	E.M. 513	2.300		6.200	8.680,00
	E.M. 513-1	1.400			
	C.M. 1112	2.500			
Freguesia Areias, Lama, Sequeiró e Palmeira				16.650	23.310,00
Freguesia Lama	E.M. 510	1.700	5.000		
	E.M. 510-1	200			
	C.M. 1099	800			
	C.M. 1101	2.000			
	C.M. 1101-1	300			
Freguesia Palmeira	E.M. 509	2.100	2.850		
	C.M. 1100	750			
Freguesia Sequeiró	E.M. 510	1.300	4.300		
	E.M. 510-1	1.500			
	C.M. 1102	1.500			
Freguesia Areias	E.M. 509	300	4.500		
	C.M. 1099	1.600			
	C.M. 1100	1.300			
	C.M. 1101-1	1.300			
Freguesia Campo, S. Salvador Campo, Negrelos				11.800	16.520,00
Freguesia Mamede Negrelos	C.M. 1113	2.250	3.750		
	C.M. 1113-1	1.100			
	E.M. 209-2	400			
Freguesia Martinho do Campo	E.M. 513	2.900	6.350		
	E.M. 513-2	1.100			
	E.M. 644	1.500			
	C.M. 1111	250			
	C.M. 1113	600			
Freguesia Salvador Campo	C.M. 1111	1.100	1.700		
	C.M. 1113-1	600			

Handwritten signature 'sp'.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31

Freguesia Carreira e Refojos de Riba de Ave				11.750	16.450,00
Freguesia Tiago Carreira	E.M. 558	400	3.850		
	E.M. 558-1	1.100			
	E.M. 1119	800			
	E.M. 1120	1.550			
Freguesia Refojos	E.M. 558	3.500	7.900		
	E.M. 558-2	800			
	C.M. 1121	1.300			
	C.M. 1122	500			
	C.M. 1123	1.300			
	C.M. 1123-1	500			
Freguesia Lamelas e Guimarei				10.216	14.302,40
Freguesia Guimarei	E.M. 557	3.350	8.656		
	E.M. 1119	400			
	E.M. 105-2	4.106			
	E.M. 556	800			
Freguesia Lamelas	E.M. 557	780	1.560		
	E.M. 558-2	560			
	C.M. 1121	220			
Freguesia Santo Tirso, Couto (S.Cristina e S. Miguel) e Burgães				23.920	33.488,00
Freguesia Burgães	C.M. 1103	900	6.100		
	C.M. 1105	4.650			
	C.M. 1105-1	550			
Freguesia Santa Cristina Couto	E.M. 556	4.100	9.720		
	E.M. 557	400			
	C.M. 1096	2.400			
	C.M. 1097	600			
	C.M. 1104	550			
	E.M. 105-2	1.670			
Freguesia Santo Tirso	E.M. 508	3.500	8.100		
	E.M. 556	500			
	C.M. 1095	400			
	C.M. 1096	500			
	C.M. 1097	700			
	C.M. 1098	1.250			
	C.M. 1099	650			
	C.M. 1103	600			
total		145.236		145.236	203.330,40

sp



5. D) ACORDO DE EXECUÇÃO PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DA FEIRA SEMANAL DA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO (S. MARTINHO), SÃO SALVADOR DO CAMPO E NEGRELOS (S. MAMEDE).-----

Propõe-se a celebração de um Acordo de execução com a junta de freguesia acima identificada nos termos da minuta que se anexa à ata da presente reunião, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VI da mesma, que será assinado depois da sua aprovação e autorização serem deliberadas pelas respetivas junta e assembleia de freguesia.-----

Como contrapartida das competências delegadas as receitas resultantes da realização da feira semanal revertem para a junta de freguesia.-----

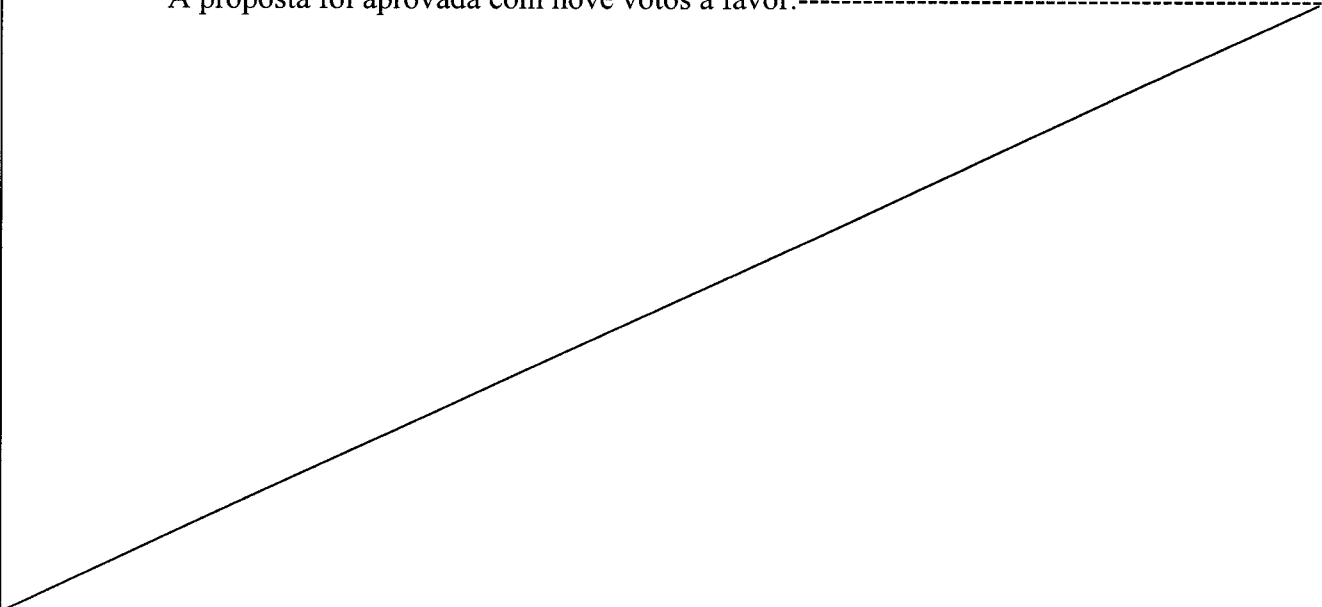
A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMPO (S. MARTINHO), SÃO SALVADOR DO CAMPO E NEGRELOS (S. MAMEDE) TENDO POR OBJETO O DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO (EXTINTA ESCOLA DE RECHÃ).-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de treze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil cento e quatro, sobre a pretensão do município de ceder à freguesia acima identificada o direito de utilização de um edifício sito no lugar da Rechã, da extinta freguesia de S. Mamede de Negrelos, nas condições previstas na minuta do contrato de comodato junta àquela informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por cinco folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere autorizar o município a ceder à União das freguesias de Campo (S. Martinho), S. Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede), em regime de contrato de comodato, o edifício identificado na cláusula primeira da referida minuta e nas condições previstas na mesma.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





27

A

7. EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PREVISTO.-----

Presente ofício de doze do corrente mês de dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registada com o número doze mil cento e onze, a remeter a deliberação do respetivo Conselho de Administração, da mesma data, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, na qual se propõe que a extinção daqueles Serviços Municipalizados, aprovada por deliberação de vinte e sete de junho último, produza efeitos a partir de trinta de junho de dois mil e catorze.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, face à fundamentação constante da aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, deliberasse propor à assembleia municipal que delibere prorrogar o prazo previsto para a produção de efeitos da decisão de extinção dos serviços municipalizados, que passará a produzir efeitos a partir de trinta de junho de dois mil e catorze.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



ATA N.º 25 35
12 de Dezembro de 2013
F 3 /13

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

Arranque da exploração e gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste – Extinção dos

Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso

Presente a reunião do conselho de administração dos Serviços Municipalizados, o ofício da empresa

Águas do Noroeste, S.A. referência CE-4188/2013/AJ, de 05/12/2013 de Dezembro de 2013,

acompanhado do expediente anterior relativo à proposta de extinção dos Serviços Municipalizados de

Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, nomeadamente:

- Deliberação do Conselho de Administração dos SMAES, de 13 de Junho de 2013 (ata n.º 14);

- Deliberação da câmara municipal de 26 de Junho de 2013 (ata n.º 13);

- Deliberação da assembleia municipal de 27 de Junho de 2013 (ata n.º 3).

Considerando que o conselho de administração dos SMAES por deliberação de 13 de Junho de 2013,

propôs à câmara municipal a extinção dos Serviços Municipalizados com efeitos a 31 de Dezembro de

2013;

Tal proposta foi aprovada pela câmara municipal a 26 de Junho de 2013;

A assembleia municipal, através da sua deliberação de 27 de Junho de 2013 deliberou a extinção dos

SMAES com efeitos a 31 de Dezembro de 2013;

Por ofício, a empresa Águas do Noroeste S.A. veio comunicar que se regista um atraso no arranque da

Parceria, sendo necessário um período de funcionamento dos SMAES de pelo menos mais seis meses,

em virtude das datas previstas no cronograma de desenvolvimento do processo do Sistema de Águas da

Região do Noroeste estarem dependentes de fatores externos não controláveis pela empresa Águas do

Noroeste, S.A., como sejam a obtenção do visto pelo Tribunal de Contas, na parte relativa à subscrição

de capital social dessa empresa por parte dos Municípios e, do Despacho de autorização para a

efetivação da cedência de interesse público dos trabalhadores, que nos Municípios vêm desempenhando

funções e tarefas no domínio da atividades a desenvolver no âmbito da parceria;

Considerando que a extinção dos SMAES a 31 de Dezembro de 2013, põe em causa a garantia da

prestação dos serviços públicos aos cidadãos;



ATA N.º 25 36
12 de Dezembro de 2013
F 4 /13

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

Considerando a necessidade imprescindível de apoio direto à Parceria pelos Serviços Municipalizados

de Santo Tirso, mesmo após o arranque efetivo da operação e ainda a necessidade de garantia dos serviços públicos essenciais aos cidadãos, enquanto o serviço não é garantido no âmbito do contrato de parceria, o C.A. delibera propor à câmara municipal que a extinção dos SMAES produza efeitos a partir de 30 de Junho de 2013.

Mais delibera, propor à câmara municipal, após aprovação, que de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 18.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto e seja dado conhecimento da alteração da decisão de extinção anteriormente tomada, às entidades competentes, nomeadamente Direção Geral das Autarquias Locais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Tribunal de Contas.

8. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de três do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil e oitenta e oito, a submeter à consideração da câmara municipal a criação do Conselho Municipal de Educação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Conselho Municipal de Educação é um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho;-----

Considerando que o Conselho Municipal de Educação será um contributo positivo para a política de educação municipal, ao permitir a aproximação entre os cidadãos e o sistema educativo;---

Considerando que este órgão, de carácter consultivo, assenta na lógica da ação participativa do poder local na causa da educação, que deve orientar-se pelos princípios que enformam a lógica do estabelecimento de parcerias, num exercício democrático com vista à qualidade educativa, como um contributo matricial para o desenvolvimento e a coesão social;-----

Considerando o disposto no Decreto-lei 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis 41/2003 e 6/2012, relativamente às competências, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação;-----

O Conselho Municipal de Educação é um órgão de coordenação e consulta;-----

Dispõe o artigo 5º daquele diploma legal que:-----

"1 – Integram o conselho municipal de educação:-----

a) O presidente da câmara municipal, que preside;-----

b) O presidente da assembleia municipal;-----

c) O vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos;-----

d) O presidente da junta de freguesia eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho;-----

- e) Um representante do pessoal docente do ensino básico público.-----
- 2 – Integram ainda o conselho municipal de educação os seguintes representantes, desde que as estruturas representadas existam no município:-----
- a) Um representante das instituições de ensino superior público;-----
- b) Um representante das instituições de ensino superior privado;-----
- c) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;-----
- d) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;-----
- e) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;-----
- f) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privado;-----
- g) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;-----
- h) Um representante das associações de estudantes;-----
- i) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;-----
- j) Um representante dos serviços públicos de saúde;-----
- l) Um representante dos serviços da segurança social;-----
- m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;-----
- n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;-----
- o) Um representante das forças de segurança;-----
- p) Um representante do conselho municipal de juventude. ”-----

Propõe-se que a câmara municipal delibere o seguinte:-----

A) Propor à assembleia municipal que delibere criar o Conselho Municipal de Educação, com a composição prevista no artigo 5º do referido Decreto-lei 7/2003;-----

B) Solicitar à assembleia municipal que proceda à eleição de um presidente de junta para integrar aquele órgão consultivo.-----



A

7

As propostas foram aprovadas com nove votos a favor.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos a lista do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Subscrevemos a criação do Conselho Municipal da Educação porque este órgão é determinante para a definição das políticas educativas concelhias e porque corresponde a uma antiga reivindicação que demorou tempo de mais a ser materializada. Recordo que os vereadores do Partido Social Democrata ainda recentemente suscitaram o agendamento deste assunto, curiosamente antes da iniciativa da câmara”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Considerando que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação.-----

Considerando que a criação do Conselho Municipal de Educação é deliberada pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e que este foi um dos compromissos assumidos em campanha eleitoral pelos edis eleitos na lista do Partido Socialista, é com enorme satisfação que cumprimos mais este importante objetivo.-----

Salientamos também que o executivo já vem desenvolvendo contactos, no sentido da criação deste órgão, desde o início do mês de dezembro.-----

Pelo acima exposto, os edis eleitos na lista do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de criação do Conselho Municipal de Educação”.-----



A

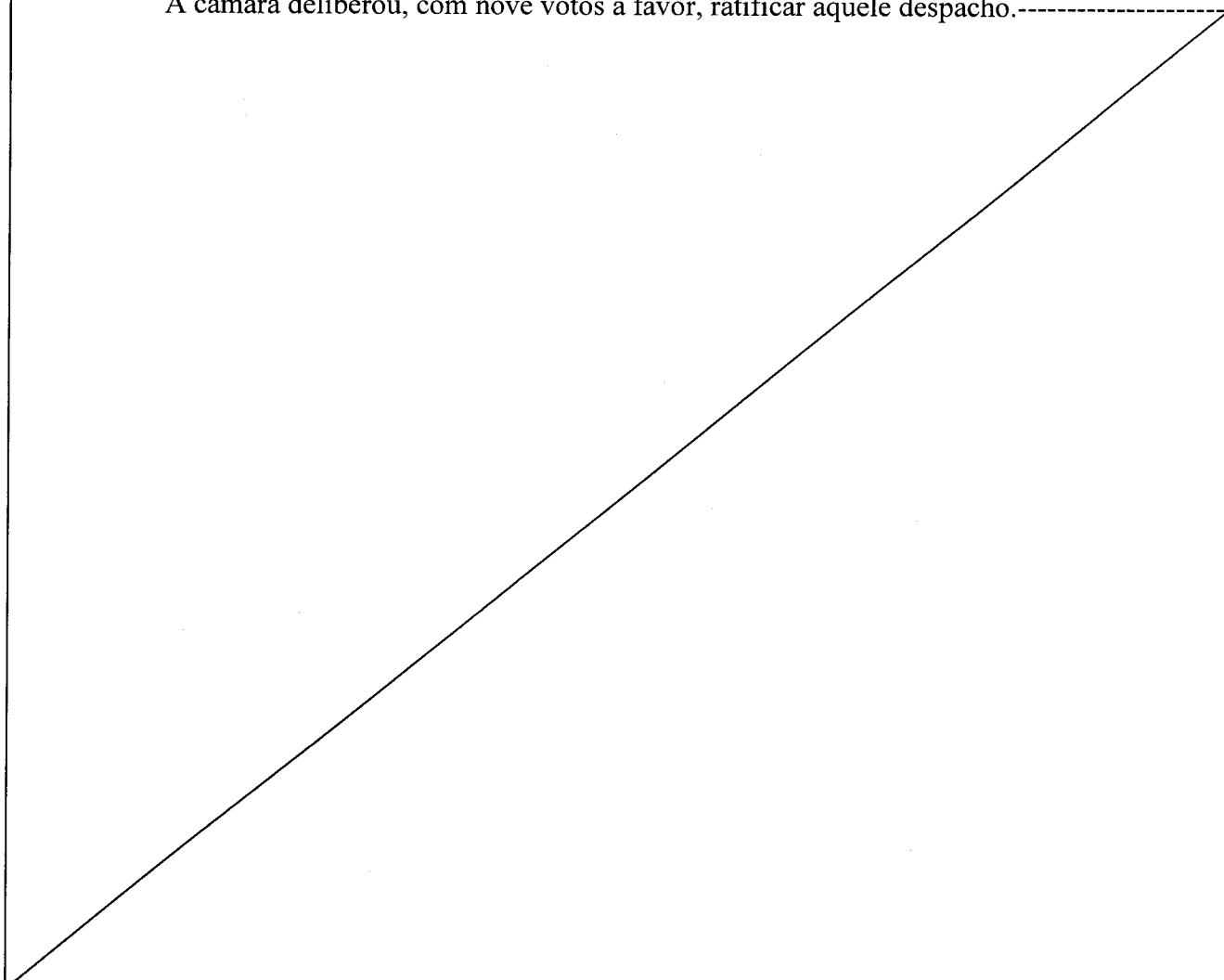
↗

9. DESIGNAÇÃO DE VEREADORES PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMAVE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de nove do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata, constituindo a subsequente folha, que designou os senhores vereadores Eng. Manuel Luciano da Costa Gomes e Eng^a Ana Maria Moreira Ferreira para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE).---

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar aquele despacho.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

41

Designação de vereadores para integrarem a Assembleia Intermunicipal da AMAVE

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido designar os senhores vereadores Engº Manuel Luciano da Costa Gomes e Engª Ana Maria Moreira Ferreira para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), de harmonia com o previsto no artº 16º dos respetivos estatutos, publicados no Diário da República, III série, nº 126, de 31 de maio de 2000.-----

A designação é feita pelo período do mandato em curso dos identificados vereadores na câmara municipal de Santo Tirso.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

A comunicação da AMAVE a solicitar a identificação de dois vereadores do município, registada na câmara municipal com o nº 11045/2013, não foi agendada, por lapso dos serviços, para a reunião da câmara municipal de dez do corrente mês de dezembro;-----

E nos termos do nº 1 do artº 16º dos referidos estatutos, aquela designação compete ao órgão executivo (câmara municipal) do município associado;-----

Sucede que a reunião plenária da Assembleia Intermunicipal da AMAVE, destinada à eleição dos membros do conselho diretivo e da mesa da assembleia intermunicipal está agendada para o dia dez do corrente mês de dezembro, pelas 11.00 horas;-----

Face ao disposto no nº 1 do artº 50º do Anexo I da dita lei 75/2013, o assunto não pode ser decidido na referida reunião ordinária da câmara municipal de dez de dezembro, em virtude de não estar incluído na respetiva ordem do dia; Não é possível, em tempo útil, reunir extraordinariamente a câmara municipal. Envie-se cópia do presente despacho para a AMAVE e agende-se para a próxima reunião da câmara municipal.-----

Santo Tirso, 9 de dezembro de 2013

O Presidente,

10. EMPREITADA: “ESQUADRA DA PSP DE SANTO TIRSO”: CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de onze do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, que autorizou a cessão da posição contratual assumida pela sociedade Befebal, Sociedade de Construções, S.A., no contrato de empreitada “Construção da Nova Esquadra da PSP de Santo Tirso”, celebrado em treze de agosto último, para a sociedade Befebal II Lda, pessoa coletiva número 510 694 381.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar aquele despacho.-----



DESPACHO

**Empreitada: "Construção da Nova Esquadra da PSP de Santo Tirso":
Autorização da cessão de posição contratual da sociedade Befebal –
Sociedade de Construções S.A. para a sociedade Befebal II, Lda.**

Por requerimento datado de 27 de novembro findo, registado com o número 11526, veio a sociedade Befebal, Sociedade de Construções, S.A., pessoa coletiva número 501 172 220, solicitar autorização para a cessão da sua posição contratual no contrato da empreitada acima identificada, celebrado em 13 de agosto último, para a sociedade Befebal II, Lda., pessoa coletiva número 510 694 381;-----

No respetivo contrato de empreitada (cláusula 9ª) ficou previsto que a adjudicatária não poderia ceder a sua posição contratual sem autorização dada por escrito pela câmara municipal;-----

E do respetivo caderno de encargos, que faz parte integrante do contrato, ficou a constar que *"A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no nº1 do artigo 317º do CCP"*-----

A cessão da posição contratual rege-se pelo disposto no artigo 318º do Código dos Contratos Públicos, dependendo, nomeadamente, da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa;-----

Pelo que, o contrato prevê a possibilidade de cessão da posição contratual desde que autorizada pelo dono da obra;-----

A requerente juntou ao pedido contrato de cessão de posição contratual celebrado entre a cedente e a cessionária em três do corrente mês de dezembro, o qual aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais;-----

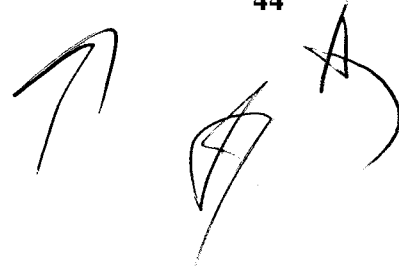
Os serviços de obras municipais informam, no dia 11 do corrente mês de dezembro, que a sociedade Befebal II Lda. reúne os requisitos exigidos na alínea a) do nº2 do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos, sendo nomeadamente detentora de alvará com habilitações suficientes para a execução da empreitada em causa (alvará 70261, válido até trinta e um de janeiro de dois mil e catorze);-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

44



Considerando o teor da aludida informação dos serviços técnicos da câmara;-
Considerando que com a presente cessão contratual fica devidamente
salvaguardado o interesse público que ao município compete garantir a boa
execução da obra;-----

Considerando que no referido contrato de cessão da posição contratual a
cessionária declarou assumir a obrigação de concluir os trabalhos de
empreitada ainda não executados, responsabilizando-se perante o dono da
obra, pelos trabalhos já executados, nos termos em que tal responsabilidade
incumbia à cedente;-----

Considerando que é urgente proceder-se à medição de trabalhos já
efetuados, de modo a ser feito o seu pagamento já à cessionária, sociedade
Befebal II Lda.;-----

Considerando que a conjuntura da crise económica e financeira que
atualmente atinge o país, afetou especialmente as empresas de construção
civil, sendo por isso aconselhável proceder-se ao pagamento dos trabalhos
executados com a maior brevidade possível, de modo a permitir às empresas
um maior desafogo financeiro que lhes permita honrar os seus
compromissos;-----

Considerando que aproxima reunião da câmara municipal está agendada
para o dia 23 do corrente mês de dezembro;-----

Considerando que não é possível reunir extraordinariamente a câmara
municipal, em tempo útil, face aos objetivos pretendidos;-----

Decido, ao abrigo de competência excecional prevista no nº3 do artigo 35º do
Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a cessão da posição
contratual solicitada, na condição da cessionária manter a equipa técnica
afeta à obra, plano de trabalhos aprovado, assim como os subempreiteiros
que se encontram a desenvolver os trabalhos em curso.-----

No prazo de 10 dias a contar da notificação do presente despacho a
sociedade cessionária deverá apresentar documento comprovativo de
prestação de caução, no montante de 48 374,20 € (quarenta e oito mil
trezentos e setenta e quatro euros e vinte cêntimos), para garantia da boa
execução dos trabalhos, sendo que em cada um dos pagamentos parciais
será deduzido o montante correspondente a 5% de cada pagamento, salvo se



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

45

a cessionária prestar caução no montante correspondente a 10% do valor da adjudicação.-----

Ao Departamento de Obras Municipais para notificação do presente despacho às sociedades cedente e cessionária e demais diligências subsequentes à presente autorização, à subunidade de contratos para proceder ao averbamento da cessão ao respetivo contrato de empreitada e agende-se para a próxima reunião de câmara para efeitos de ratificação.-----

Santo Tirso, 11 de dezembro de 2013

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

11. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO, RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-----

Presente ofício de doze do corrente mês de dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, registado com o número doze mil cento e nove, a remeter proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso (serviços públicos de recolha, tratamento e deposição de resíduos sólidos urbanos e de ligação, disponibilidade, conservação e tratamento do saneamento de águas residuais), aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em reunião da mesma data.-----

As alterações propostas são as seguintes:-----

A) Aditamento do n.º 10 ao capítulo I (Disposições Gerais), com a seguinte redação:-----

10. Para os utentes dos serviços de RSU e Saneamento, que pretendam usufruir das tarifas sociais, deverão solicitá-lo previamente aos SMAES, devendo a situação ser comprovada pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal.-----

B) Aditamento do n.º 2 ao Capítulo II (Recolha, Tratamento e Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos), com a seguinte redação:-----

2. Tarifas Sociais

2.1 Os agregados familiares constituídos por reformados cujos rendimentos globais não ultrapassem o montante do salário mínimo nacional mais elevado beneficiarão de uma redução de 50% dos preços estipulados em 1.1, 1.2 e 1.2.1, deste capítulo

2.2 Tarifa mensal de recolha coletiva para agregados familiares beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção-----2,50 €

2.3 Tarifa mensal de recolha domiciliária para agregados familiares beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção-----2,50 €



2.4 Tarifa mensal de recolha coletiva para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 €-----2,50 €

2.5 Tarifa mensal de recolha domiciliária para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 €-----2,50 €

C) Aditamento de um ponto no capítulo III (preço de ligação, disponibilidade, conservação e tratamento de saneamento), com a seguinte redação:-----

Tarifas Sociais

Tarifa mensal de saneamento para agregados familiares beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção-----2,50 €

Tarifa mensal de saneamento para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 €-----
-----2,50 €

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no desenvolvimento das atribuições do município no âmbito da ação social, e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas e) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar as referidas alterações à Tabela de Preços acima referida, que dizem respeito à introdução de tarifas sociais.-----

Os preços aprovados por deliberação da câmara municipal de cinco de dezembro de dois mil e doze (item nove da respetiva ata) não sofrem qualquer alteração.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas, a referida Tabela de Preços, com as correções materiais decorrentes das alterações propostas.-----

As alterações introduzidas entram em vigor no dia um de janeiro de dois mil e catorze.----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

**TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA,
ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO - 2014**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os Preços a cobrar pelos SMAES de Santo Tirso são os constantes da seguinte tabela;
2. Os SMAES poderão, caso a caso, isentar ou reduzir os preços relativos a actos que, por natureza, se identifiquem com os que são próprios das instituições de solidariedade social, quando promovidas por organismos sem finalidades lucrativas e instituições de carácter religioso;
3. Os SMAES (C.A.) poderão reduzir até 50 % ou isentar do valor dos respectivos preços, os produtores domésticos que se encontrem em situação de carência económica comprovada pelos Serviços Sociais.
4. As casas desabitadas serão isentas temporariamente, enquanto se verificar a situação de não ocupação da construção, tendo obrigatoriamente de comprovar a desocupação ao fim de cada ano, após a isenção, sob pena da tarifa ser activada automaticamente.
5. Para os utentes de RSU com isenções, que são clientes consumidores de água, haverá lugar à facturação do serviço de RSU sempre que o consumo de água exceda os 5m³ por mês.
6. Para utentes titulares de contrato de fornecimento de água o pagamento dos preços de RSU e Saneamento são indissociáveis da factura dos consumos de água.
7. Para os utentes de RSU abrangidos por recolha porta a porta, sempre que o arruamento não permita a entrada ou passagem do camião de recolha, o utente terá que deslocar os seus resíduos para zona onde o camião efetue a recolha. A estes utentes aplicar-se-á a tarifa de recolha coletiva.
8. Os novos preços são aplicados aos actos praticados após a entrada em vigor desta tabela, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.
9. Será concedida a possibilidade de pagamento de dívidas até doze prestações, podendo o prazo ser alargado consoante despacho da Administradora Delegada dos SMAES, por solicitação dos munícipes.

10. Para os utentes dos serviços de RSU e Saneamento, que pretendam usufruir das tarifas sociais, deverão solicitá-lo previamente aos SMAES, devendo a situação ser comprovada pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal.

11. Qualquer alteração relativa à morada, ou outra qualquer situação, dos utentes dos Serviços de RSU e Saneamento é da responsabilidade dos mesmos.

CAPÍTULO II

RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

1. Recolha Doméstica

1.1 Recolha Colectiva por agregado familiar e por mês 6,50 €

1.2 Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês 8,30 €

1.2.1. Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês em contentores subterrâneos 8,30 €

2. Tarifas Sociais

2.1 Os agregados familiares constituídos por reformados cujos rendimentos globais não ultrapassem o montante do salário mínimo nacional mais elevado beneficiarão de uma redução de 50% dos preços estipulados em 1.1, 1.2 e 1.2.1, deste capítulo.

2.2 Tarifa mensal de recolha colectiva para agregados familiares beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção 2,50 €

2.3 Tarifa mensal de recolha domiciliária para agregados familiares beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção 2,50 €

2.4 Tarifa mensal de recolha colectiva para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 € 2,50 €

2.5 Tarifa mensal de recolha domiciliária para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 € 2,50 €

3. Recolha em Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Profissões liberais, Serviços e Organismos do Estado

3.1. Recolha colectiva por Estabelecimento Comercial,
Industrial ou Escritório e por mês 12,02 €

3.2. Recolha individual

a) Contentor de 50 litros – por mês	16,00 €
b) Contentor de 110 litros – por mês	24,00 €
c) Contentor de 240 litros – por mês	43,00 €
d) Contentor de 800 litros – por mês	84,00 €
e) Contentor de 1000 litros – por mês	99,00 €

3.3. Recolha em contentores subterrâneos

a) Com contentorização atribuída de 50 litros – por mês	16,00 €
b) Com contentorização atribuída de 110 litros – por mês	24,00 €
c) Com contentorização atribuída de 240 litros – por mês	43,00 €
d) Com contentorização atribuída de 800 litros – por mês	84,00 €
e) Com contentorização atribuída de 1000 litros – por mês	99,00 €

3.4. Poderá ser aplicada o preço de recolha colectiva na zona abrangida por recolha porta-a-porta sempre que seja comprovado pela fiscalização que a produção de resíduos não justifica a atribuição de um contentor de 50 litros.

§ 1. Estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços servidos por contentores subterrâneos.

- a) O preço a aplicar em estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços a instalarem-se em zonas servidas por recolha em contentores subterrâneos, será de acordo com a contentorização a definir por estes Serviços Municipalizados.
- b) Para estabelecimentos comerciais com produção de resíduos diminuta devidamente comprovada pela fiscalização, poderão os SMAES aplicar o preço que melhor se ajusta á situação de produção.

§ 2. Centros Comerciais

- a) O preço a aplicar por estabelecimento comercial será por contentor se a quantidade de RSU produzidos justificar a sua utilização individualmente.
- b) O preço a aplicar por estabelecimento sem contentor individual será o preço de recolha colectiva.
- c) Para espaços comuns com áreas comuns comerciais cuja produção de RSU justifique (Condomínios) será aplicado o preço de recolha colectiva.

4. Recolha em Estabelecimentos de Ensino

- 4.1. O preço de RSU a aplicar aos estabelecimentos de ensino que não sejam da competência da Câmara Municipal, será estabelecido em função da contentorização.
- 4.2. Serão isentos do pagamento do preço de RSU os estabelecimentos de ensino público do 1º Ciclo e Pré-Escolar da competência da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

PREÇO DE LIGAÇÃO, DISPONIBILIDADE, CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DO SANEAMENTO

1. Preço de ligação

- a) Para habitações e comércio, estes últimos com áreas até 1000 m², o preço de ligação é de 0,81 € por m² da área bruta.
- b) Comércio / Indústrias
 - Indústrias até 1500 m² 770 €
 - Comércio / Indústria de 1500 a 2500 m² 1106 €
 - Comércio / Indústria de 2500 a 5000 m² 1656 €
 - Comércio / Indústria com mais de 5000 m² 2752 €

2. Preço de Disponibilidade do Serviço de Saneamento

Aplica-se às construções localizadas em zonas servidas por redes públicas de drenagem sem ligação às referidas redes públicas. 5,10 € / mês

3. Preço de Conservação

- a) O preço de conservação aplica-se a todas as construções (habitações/agregado familiar) que possuem ligação à rede pública, com um escalão base de 5,10 € (inclui utilizadores de água privada).
- b) É paga por metro cúbico de água consumida, conforme escalões a seguir, sempre que o seu cálculo ultrapasse o escalão base:

Consumos Domésticos

	EURO / m ³
1.º Escalão – 0 a 5 m ³	0,37
2.º Escalão – 6 a 15 m ³	0,41
3.º Escalão – 16 a 25 m ³	0,58
4.º Escalão – superior a 25 m ³	0,88

Comércio e Indústria

1.º Escalão – 0 a 50 m ³	0,79
2.º Escalão – 51 a 200 m ³	0,89
3.º Escalão – superior a 200 m ³	0,96

Serviços do Estado

	EURO/ m ³
Escalão único	0,86

Instituições de Beneficência de Carácter Social

Escalão único	0,33
---------------	------

Autarquias Locais

Escalão único	0,33
Provisório (obras)	0,98

c) O preço de conservação aplica-se a todos os comércio e indústrias com efluente doméstico em função do número de trabalhadores, caso não possuam ligação à rede pública de abastecimento de água, fixando-se:

- menos que 10 trabalhadores	5,40 €/mês
- entre 11 e 20 trabalhadores	7,50 €/mês
- entre 21 e 50 trabalhadores	17,00 €/mês
- entre 51 e 100 trabalhadores	34,10 €/mês
- a partir de 101 trabalhadores	51,20 €/mês

Tarifas Sociais

Tarifa mensal de saneamento para agregados familiares beneficiários
de RSI – Rendimento Social de Inserção 2,50 €

Tarifa mensal de saneamento para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita
(após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100,00 €
2,50 €

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Em tudo quanto não esteja previsto nesta tabela aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o previsto na Tabela de Preços da Câmara Municipal de Santo Tirso.

É igualmente aplicável em tudo quanto não esteja previsto, com as devidas adaptações, o previsto no Regulamento de Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal de Santo Tirso.



A

9

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO C.M.**Tarifário dos SMAES**

Apesar das dificuldades reconhecidas sócio económicas, o atual executivo, suscetível a estas questões, decidiu manter os tarifários para a recolha de resíduos sólidos e urbanos e saneamento para 2014.

Paralelamente a esta medida, o atual executivo decidiu ainda criar um tarifário social, que numa fase inicial irá abranger mais de 1000 famílias, com as seguintes medidas:

- tarifa mensal de recolha de RSU coletiva para agregados familiares beneficiários de RSI passa de 6,50 euros para 2,5 euros (cerca de 60 por cento de desconto)
- tarifa mensal de recolha de RSU domiciliária para agregados familiares beneficiários de RSI passa de 8,30 euros para 2,5 euros (cerca de 70 por cento de desconto)
- tarifa mensal de recolha colectiva e domiciliária de RSU para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100€ terá um valor de 2,5 euros.
- tarifa mensal de saneamento para agregados familiares beneficiários de RSI terá um valor de 2,5 euros
- tarifa mensal de saneamento para agregados familiares que apresentem um rendimento per capita (após dedução das despesas fixas com habitação, saúde, educação) inferior a 100€ terá um valor de 2,5 euros.
- Por *ultimo*, o executivo passou a incluir no tarifário social a medida já existente no anterior tarifário em que, os reformados cujos os rendimentos globais não ultrapassem o montante do salário mínimo mais elevado, beneficiarão de uma redução de 50 por cento da taxa de recolha de RSU.

Pelo acima exposto, os vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta.

Santo Tirso, 18 de Dezembro de 2013

12. SUBSÍDIOS

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES – TRABALHOS DE REPARAÇÃO DE ESTRAGOS CAUSADOS PELAS CHEIAS NO PARQUE DO AMIEIRO GALEGO.-----

Presente ofício de vinte e um de janeiro de dois mil e treze, da junta de freguesia de Vila das Aves, registado com o número novecentos e vinte e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 30.000,00 € (trinta mil euros), para ajudar a custear as despesas com os trabalhos de reparação de estragos causados pelas cheias no Parque do Amieiro Galego.-----

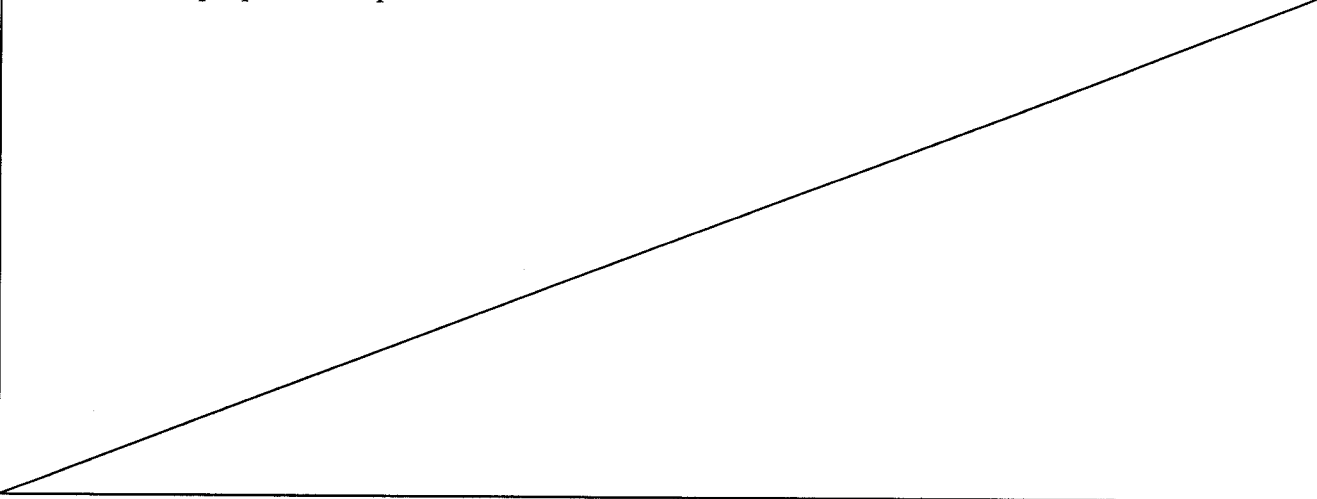
O Departamento de Obras Municipais, informa quais os trabalhos necessários realizar e que a respetiva estimativa orçamental é de 30.740,00 € (trinta mil setecentos e quarenta euros), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Vila das Aves um subsídio no montante 30.000,00 € (trinta mil euros), para ajudar a custear as despesas com os trabalhos informados pelos departamento de obras municipais.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2992/2013.--

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 3657/2013, de dezassete do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



12. B) À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES – TRABALHOS DE BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS.-----

Presente ofício de dezoito de novembro findo, da junta de freguesia da União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, registado com o número onze mil e duzentos, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com os trabalhos de beneficiação efetuados na travessa da Ramada, Travessa da Rabada e Rua Padre Manuel José Salgado, da extinta freguesia de Burgães, agregada à identificada União de freguesias.-----

O Departamento de Obras Municipais, informa quais os trabalhos realizados e que os mesmos se encontram em condições aceitáveis.-----

Mais informam que o valor dos trabalhos executados é de 15.000,00 € (quinze mil euros).

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia da União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães um subsídio no montante 15.000,00 € (quinze mil euros).-----

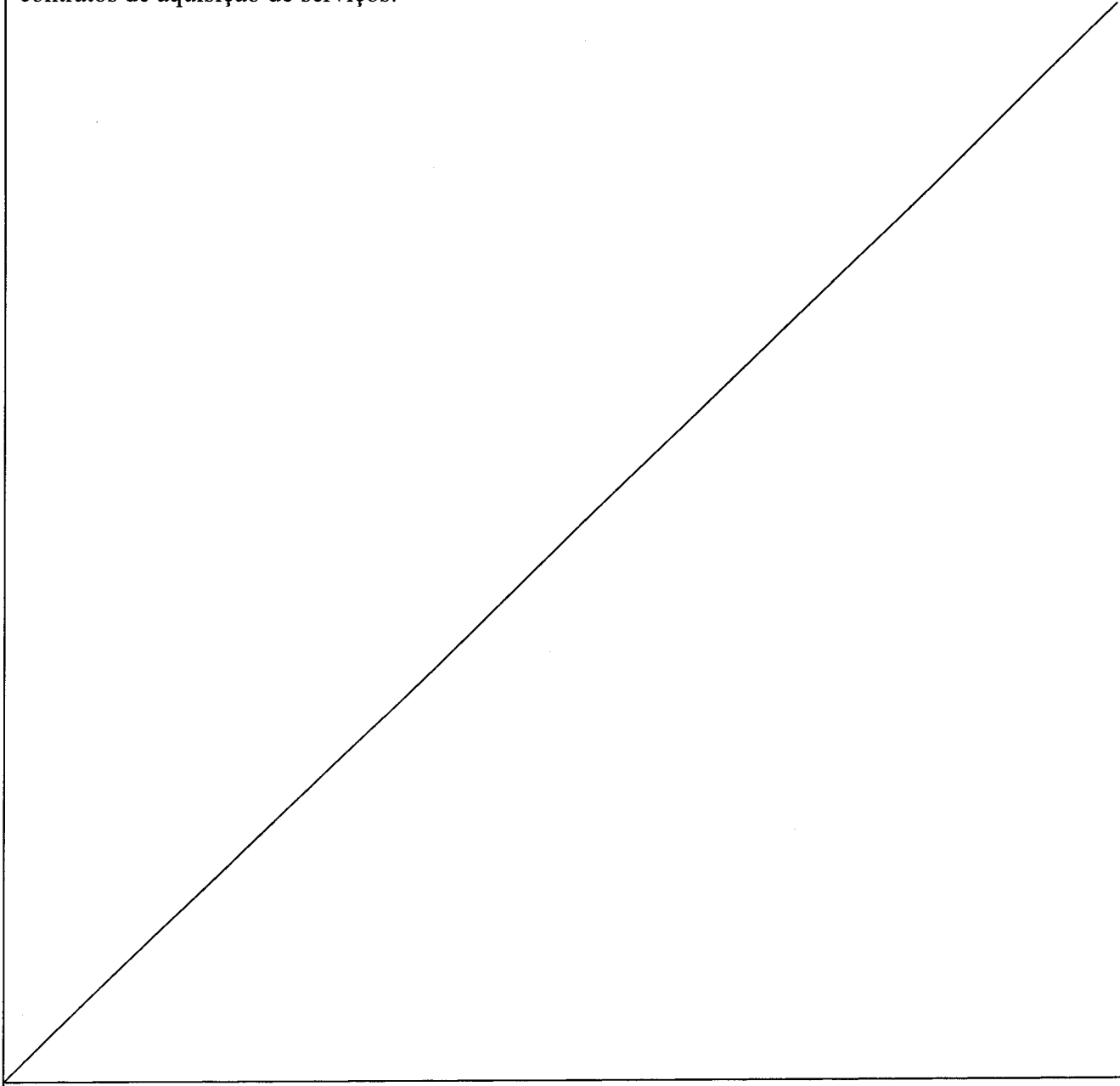
A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2924/2013.--

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 3586/2013, de nove do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

**13. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 10 do artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e treze, deliberasse dar parecer favorável à celebração/renovação dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





13. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL DA REALIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DENOMINADA “O DESIGN COMO DÍNAMO DA INDÚSTRIA DE MODA”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de onze do corrente mês de dezembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, que decidiu dar parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços em referência.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o despacho anexo à presente ata.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

60



Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a conceção e coordenação geral da realização de uma Conferência Internacional denominada "O Design como Dínamo da Indústria de Moda"

O município de Santo Tirso desenvolveu o projeto denominado "IMOD – Incubadora de Moda e Design", que funciona num espaço integrado no edifício denominado "Fábrica de Santo Thyrsó";

Este projeto é financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, conforme contrato de financiamento ratificado pela câmara municipal em reunião de 9 de fevereiro de 2011 (item 5 da respetiva ata), ao qual foi celebrada uma Adenda em 29 de agosto de 2012, ratificada pela câmara municipal em 26 de setembro do mesmo ano (item 10 da respetiva ata);

A operação financiada tem uma componente material (obra e respetivo projeto) e componentes imateriais, como sejam comunicações aptas a divulgar o projeto, a Incubadora de Moda e os projetos instalados;

Assinalando o momento da admissão e apresentação pública dos primeiros projetos instalados e procurando divulgar a Incubadora de Moda às empresas do setor, promovendo uma efetiva aproximação e colaboração entre designers e indústria, pretende-se levar a efeito uma Conferência Internacional, em parceria com a ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, a Associação Seletiva Moda e a ESAD, no próximo dia 19 do corrente mês de dezembro;

Para o efeito será necessário celebrar um contrato de prestação de serviços que terá por objeto a conceção e coordenação geral da realização daquela Conferência, conforme informação técnica desta data, do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;

Nos termos do artº 75º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 a celebração do contrato carece de parecer prévio vinculativo da câmara municipal;

A próxima reunião da câmara municipal está agendada para o próximo dia 23 do corrente mês de dezembro;

Não obstante a contratação ser precedida de ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea a) do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, mostra-se



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

61

necessário desenvolver o respetivo procedimento, de modo a que o contrato, ou pelo menos a adjudicação, ocorram antes da efetiva prestação do serviço; Considerando que não é possível reunir, em tempo útil, a câmara municipal; Considerando a competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artº 75º da LOE, decido dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 37 250,00 € (trinta e sete mil duzentos e cinquenta euros), mais IVA, a celebrar com a sociedade No Less, S.A.

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicável a redução remuneratória de 10% legalmente prevista.

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2857/2013, de 10 do corrente mês de dezembro.

Remeta-se à Subunidade de Compras para os devidos efeitos e agende-se para a próxima reunião da câmara municipal para ratificação.

Santo Tirso, 11 de dezembro de 2013

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



13. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TENDO POR OBJETO A INSPEÇÃO DE ELEVADORES.-----

Presente informação do departamento de planeamento e ambiente, de doze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil e quinze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 75º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 15.000,00 € (quinze mil euros), mais IVA, para três anos de vigência, a celebrar com o IEP – Instituto Eletrónico Português, por procedimento de ajuste direto.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, conforme proposta de cabimento orçamental número 2955/2013, de treze do corrente mês de dezembro.-----

Do contrato a celebrar resultam compromissos plurianuais nos anos económicos de dois mil e catorze a dois mil e dezasseis, no montante estimado de 6.150,00 € (seis mil cento e cinquenta euros), com IVA incluído, em cada um dos anos económicos, sendo por isso necessária autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais com a celebração do referido contrato.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse remeter a presente deliberação à assembleia municipal para efeitos de autorização da assunção de compromissos plurianuais.-----

As propostas foram aprovadas com nove votos a favor.-----



A

7

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----



A

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dezanove horas e trinta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem sessenta e quatro folhas, e sete documentos anexos (anexo I relativo ao item 1, anexo II relativo ao item 2, anexo III relativo ao item 5.A), anexo IV relativo ao item 5.B), anexo V relativo ao item 5.C), anexo VI relativo ao item 5.D) e anexo VII relativo ao item 6), apenas utilizadas no anverso, que eu

Salma Ifegalla

Teresa Adriana

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 23/12/2013, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Ifegalla